

AS NOVAS ESPACIALIDADES URBANAS NAS ÁREAS DE CERRADO BRASILEIRO

Beatriz Ribeiro Soares (*)
Kelly Cristine F. O. Bessa (**)

O incremento da globalização da economia e a necessidade de inserção no mercado mundial vêm produzindo significativas modificações nas esferas econômicas, políticas, tecnológicas, comunicacionais e organizacionais, bem como sociais, ideológicas e culturais brasileiras. Estas, além de estarem (re)ordenando o território nacional e criando novas espacialidades, exigem respostas aos desafios da economia mundial que, por sua vez, dependem do entendimento dessas mudanças, tanto a nível global como local; como afirma LENCIONI (1999:117), “...na imposição da nova ordem mundial o que diferencia os países é a velocidade de encontrar respostas locais às mudanças globais.”

No Brasil, essas mudanças foram e estão sendo determinadas, primordialmente, pela modernização agrícola, pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo global, por novos padrões de mobilidade espacial da população, por novas funcionalidades urbanas e novas redes de interações espaciais. Todos esses processos implicam em uma nova divisão territorial do trabalho que, por sua vez, redefine, a partir da integração em uma economia global, o papel das cidades e das regiões.

Graças aos processos de modernização, caracterizados, segundo SANTOS (1993:119), pela difusão do “meio técnico-científico-informacional”, que resulta “da adição ao território de ciência, de técnica e de informação”, a urbanização brasileira ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica. Durante anos, em razão das economias de aglomeração, ocorreu uma crescente concentração das atividades econômicas em poucas cidades, as quais tiveram reforçado o seu papel de principais focos da atividade econômica do país. Contudo, considerando as novas tendências de urbanização e a difusão das inovações do período técnico-científico-informacional, desde a década de 70, processa-se, segundo colocação de SANTOS (1993:69), uma verdadeira “revolução urbana” no Brasil, visto que intensifica-se o processo de urbanização e acentua-se a importância das grandes cidades, bem como das cidades médias e locais.

Essas transformações recentes permitem pensar em uma redefinição dos papéis urbanos, tanto no que se refere à metrópole e sua região; como no que diz respeito às cidades grandes e médias, que passam a se constituir em pólos regionais ou em metrópoles regionais; assim como com relação às cidades locais situadas em áreas de modernização agrícola, que se transformam, de acordo com SANTOS (1993:68), em “cidades do campo”.

A importância das áreas de cerrado brasileiro está centrada, primeiramente, na significativa extensão por eles ocupada, ou seja, cerca de 2 milhões de km², equivalendo a uma área de aproximadamente 24% do território nacional¹, que se estende do paralelo 4° de latitude Sul até a linha do trópico de Capricórnio e da coordenada 41° a 64° de longitude Oeste, ocupando principalmente o Brasil Central. Essa ocupação ocorre de forma contínua, abrangendo parte dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Maranhão, além do Distrito Federal, e ainda surge como manchas ou, na colocação de CHAGAS (1999:19), “como manifestações residuais sob a forma de *relictus*”, em outros estados, a saber: Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Alagoas, São Paulo, Paraná, entre outros e na ilha de Marajó.

Em segundo lugar, pela sua rica biodiversidade, visto que de acordo com CHAGAS (1999:19-21), esse ecossistema é caracterizado por “aspectos fisionômicos variados” e, por esse motivo, “difícilmente, pode-se falar em cerrado, mas em cerrados”. Dessa forma, “o cerrado típico (...) tem sua estrutura definida pela presença de dois estratos: um arbóreo-arbustivo e outro herbáceo”, sendo que em seu interior “encontram-se formas vegetacionais estruturalmente diferenciadas do cerrado típico”, entre elas: campo cerrado, campo sujo, campo limpo e cerradão.

E, em terceiro lugar, por se tratar de um espaço econômico/social heterogêneo, com uma recente ocupação econômica, caracterizada, particularmente, pela modernização agrícola, pela agroindustrialização e pela

(*) Profa. Dra. do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/Brasil

(**) Geógrafa do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/Brasil

¹ De acordo com a EMBRAPA (1976), o cerrado ocupa uma área de 1.880.000 Km², o que equivale a 23% do território brasileiro. AB'SABER (1971), FERRI (1976) e DIAS (1992), colocam que as áreas de cerrado brasileiro ocupam 2.000.000 Km², equivalendo a 24% do território nacional. E, na colocação de REICHARDT (1977), o ecossistema cerrado ocupa, no Brasil, uma área de 2.128.000 Km², correspondendo a 25% do seu território (citado por CHAGAS, 1999).

terciarização; e com uma aceleração do fenômeno urbano, que será tratada, de forma específica neste estudo².

Nas áreas de cerrado brasileiro, a urbanização teve sua origem vinculada, basicamente, a três tipos de atividades econômicas: mineração (Cuiabá, Goiás Velho, Diamantina, Paracatu, entre outras); pecuária (Itaberai, Aquidauana, Campo Grande, Anápolis, entre outras) e circulação (Três Lagoas e Uberlândia).

Todavia, foram as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro, instrumentos de grande importância na implementação do modelo de desenvolvimento, as responsáveis pela reorganização sócio-territorial dessa região. Entre essas políticas destacam-se a construção de Brasília e de cidades planejadas para serem capitais estaduais – Belo Horizonte, Goiânia, Palmas e Terezina; a implantação de uma malha viária e energética; as políticas de ocupação da fronteira, de modernização do campo e consequente implantação de um complexo agroindustrial processador e distribuidor de grãos e de carnes.

A efetiva ocupação das áreas de cerrado brasileiro, ainda que de forma descontínua, iniciou-se nos anos 40, quando da atuação da Fundação Brasil Central que, com caráter colonizador e desbravador, deu início à expansão das atividades agrícolas no Centro-Oeste a partir da instalação de colônias agrícolas em Ceres-GO (1941) e em Dourados-MT (1943). Até 1955 foram sendo abertas frentes pioneiras situadas num raio de 1.000 Km de São Paulo, particularmente, no sul do Mato Grosso, centro-sul goiano e Triângulo Mineiro. Com essas políticas, intensificaram-se, na região, os fluxos migratórios que se dirigiram, primordialmente, para as cidades com mais de 5.000 habitantes: Anápolis-GO, Uberlândia-MG, Uberaba-MG, Cuiabá-MT, entre outras. É interessante ressaltar que as cidades situavam-se ao sul do paralelo 15° de latitude Sul, sendo que as pequenas cidades apresentavam pouca expressividade.

A construção de Brasília no Planalto Central juntamente com as novas políticas de interiorização do país tiveram grande impacto político, econômico e social nas áreas de cerrado. Ao longo do tempo, a nova capital federal, situada em posição central, ou seja, no contato entre o litoral e o sertão e entre as áreas dinâmicas, estagnadas e despovoadas, tornou-se ponto de convergência, através da criação de uma malha rodoviária entre as regiões Sul/Sudeste e Nordeste, bem como de penetração nas regiões Norte e Centro-Oeste. Além das rodovias, foram também implantadas usinas hidrelétricas que permitiram o desenvolvimento industrial de algumas cidades desta região.

A partir dos anos 60, com intervenção direta do Estado, ocorreu a formulação de políticas de integração e de desenvolvimento regional, cujo princípio baseava-se na internacionalização da economia. Assim, foram definidos e implantados grandes projetos de desenvolvimento e de expansão de fronteiras: Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO (1967), I Plano Nacional de Desenvolvimento-PND (1972/74), II PND (1975/79) e III PND (1980/85), entre outros.

Para o desenvolvimento dos cerrados foram definidas políticas específicas e programas de modernização agrícola, dentre os quais destacam-se o Polocentro (1975), que priorizou o aumento da produção agropecuária, por meio da incorporação de novas áreas produtivas, do uso de novas técnicas de correção do solo, fertilizantes e insumos, maquinário e equipamentos modernos, defensivos agrícolas, entre outros; e o Prodecer - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (final da década de 70), que assentou agricultores e criou cooperativas incorporando cerca de 270 mil hectares. Esses projetos receberam críticas no que se refere às questões sociais e ambientais, visto que geraram forte concentração de renda e concentração fundiária; êxodo rural e empobrecimento do homem do campo; e contaminação e degradação dos recursos naturais. Além disso, há que se ressaltar que esses projetos tinham por finalidade atender às necessidades do mercado externo, isto é, direcionaram-se para o crescimento econômico em detrimento de um desenvolvimento sustentável.

Mesmo assim, o processo de modernização do campo afetou grande parte do território brasileiro, aí incluindo-se as áreas de cerrado. Segundo CORRÊA (1995) os impactos da modernização agrícola dizem respeito, particularmente, à estrutura fundiária, aos sistemas agrícolas, aos produtos cultivados, às relações sociais de produção e à mobilidade demográfica. Todavia, a modernização do campo afetou, sobretudo, a urbanização, à medida que a partir dela tornou-se possível, nas cidades das regiões agrícolas modernizadas³, a adoção de algumas outras inovações, principalmente, aquelas ligadas à prestação de serviços, bem como à informação, à comunicação e ao mundo financeiro. Dessa forma, de acordo com as colocações de CORRÊA

² O presente estudo tratará apenas das áreas de cerrado contínuas.

³ Essas regiões modernizadas, segundo SANTOS (1993), denominam-se espaços agrícolas e não rurais, uma vez que contêm cidades que estão adaptadas às demandas do campo modernizado.

(1995), a modernização do campo nas áreas de cerrado implicou, por um lado, numa refuncionalização dos centros urbanos já existentes e, por outro, na criação de novos núcleos.

Anteriormente, a rede urbana das áreas de cerrado brasileiro apresentava-se bem mais desarticulada, ou seja, com uma pequena integração interna, tendo sido estruturada em decorrência da baixa densidade demográfica e de sua formação sócio-econômica calcada no limitado dinamismo da pecuária extensiva e nos grandes latifúndios.

Com a implantação de novas atividades a refuncionalização de alguns centros antigos é evidente. É interessante ressaltar que estas atividades são provenientes de fora, implantadas para atender às demandas da agricultura (crédito, insumos, maquinário, beneficiamento, estocagem) e dos produtores; às mudanças nas configurações político-geográficas, que transformaram as cidades de Campo Grande (MS) e de Palmas (TO) em capitais estaduais; aos investimentos em turismo (veja-se os exemplos de Pirenópolis e Três Ranchos (GO), Bonito (MS), entre outras). Dessa forma, os centros urbanos tornaram-se, simultaneamente, reflexos da modernização econômica e condicionantes de sua reprodução. Esse processo foi, recentemente, marcado pela intensificação dos fluxos de transporte e de comunicação, bem como pela diversificação do comércio e dos serviços.

Assim, tem-se uma novos padrões de interações espaciais; padrões que foram viabilizados pelo surgimento e implantação de redes técnicas que acompanham ou precedem a modernização agrícola. Nesse sentido, percebe-se a importância dos fluxos de longa distância e das ligações dos centros urbanos das áreas de cerrado com aglomerações urbanas com os quais não mantinham interações no passado, geralmente, nos níveis superiores da hierarquização urbana. Ao mesmo tempo, são mantidas e reforçadas as interações tradicionais, pela participação mais efetiva de aglomerações que ascenderam na hierarquia urbana, a exemplo de Barreiras (BA) e de Rondonópolis (MT).

A modernização do campo foi capaz também de induzir o aparecimento de novos núcleos urbanos, que apesar de pequenos, eram inexistentes na década de 70. Estes pequenos núcleos são locais de concentração da força de trabalho e de prestação de serviços vinculados à agricultura moderna. É importante colocar que é expressivo o número de pequenas cidades. Em 1970, das 306 cidades do Centro-Oeste, 274 (89,5%) encontravam-se na faixa populacional de até 10.000 habitantes (FIBGE, 1970). Dentre os núcleos criados nas áreas de cerrado CORRÊA (1995) destaca Mimoso do Oeste (Distrito de Barreiras), Novo Paraná, Roda Velha, Bela Vista e Águas Claras.

Nesse sentido, a rede urbana⁴ nas áreas de cerrado brasileiro está sendo consolidada pelo dinamismo das atividades econômicas; pela presença dos centros de poder, tanto federal como estadual; pela criação de novos núcleos urbanos e ampliação do dinamismo de outros; bem como pela divisão política dos estados do Mato Grosso e de Goiás. Esses fatores foram capazes de modificar a configuração territorial e as relações sócio-espaciais e políticas na região.

Em uma análise preliminar da distribuição da população nas áreas de cerrado, consideramos as aglomerações com mais de 50.000 habitantes. Os dados demonstram uma concentração populacional em áreas urbanas, apontando um sensível decréscimo populacional junto às metrópoles; um significativo crescimento dos municípios entre 50.001 e 500.000 habitantes; uma relativa estabilidade da distribuição espacial da população e uma redução das taxas de crescimento populacional pós década de 80, quando comparada às décadas anteriores.

No que diz respeito ao último recenseamento da FIBGE (1996) para a Contagem Populacional, fica evidenciado o expressivo grau de urbanização para as áreas de cerrado e, concomitantemente, o decréscimo de sua população rural, que passa a incrementar as áreas urbanas. Esse processo pode ser verificado nas cidades mais populosas da região, em que os percentuais de população urbana oscilam entre 92,2% a 100%, com índices expressivos nas capitais estaduais, bem como no Distrito Federal e nas cidades entre 100.001 e 500.000 habitantes (vide TABELA 1). Com relação ao grau de urbanização, a título de exemplo, é interessante colocar que em 1940, a região Centro-Oeste possuía uma taxa de urbanização de 21,52%, chegando a 84,42% em 1996.

Tabela 1 - Áreas de cerrado brasileiro: grau de urbanização das cidades mais populosas, 1996

⁴ Há que se ressaltar que algumas das cidades que compõem essa rede encontram-se em áreas de transição ou contato entre o cerrado e outros biomas brasileiros.

Municípios	Pop. total	Pop. urbana		Pop. rural	
Belo Horizonte	2.091.371	2.080.145	99,5%	11.303	0,5%
Brasília	1.821.946	1.692.248	92,9%	129.698	7,1%
Goiânia	1.003.477	998.121	99,5%	5.977	0,6%
Terezina	655.473	613.767	93,6%	41.706	6,4%
Campo Grande	600.069	592.007	98,7%	8.062	1,3%
Contagem	492.214	454.020	92,2%	38.330	7,8%
Uberlândia	438.986	430.439	98,1%	8.547	1,9%
Cuiabá	433.355	426.903	98,5%	6.452	1,5%
Montes Claros	271.608	253.083	93,2%	18.526	6,8%
Aparecida de Goiânia	265.868	265.868	100,0%	-	-
Anápolis	264.975	244.670	92,3%	20.305	7,7%
Luziânia	242.522	232.866	96,0%	9.656	4,0%
Uberaba	237.433	229.031	96,5%	8.402	3,5%

Fonte: FIBGE, 1996.

Com relação à densidade demográfica, observa-se uma concentração de população na porção sul, mais precisamente no oeste e sul de Minas Gerais, e na área central de Goiás, com taxas entre 25,01 a 100 hab./Km². No restante, a ocupação é muito rarefeita, com índices iguais ou inferiores a 25 hab./Km², sendo que junto aos estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia encontramos densidades inferiores a 2 hab./Km².

Nas áreas de cerrado observa-se também o crescimento numérico das cidades acima de 50.001 habitantes. Este é um dado importante a ser considerado no cerrado brasileiro, pois na década de 60 eram em número de 16, dentre estas, 56,3% estavam na faixa de tamanho populacional entre 50.001 e 100.000 habitantes e o restante nas faixas 100.001 a 500.000 (37,5%) e 500.001 a 1.000.000 (6,2%). No início dos anos 90, esse número de cidades cresceu para 47; destas, 46,8% estavam na faixa entre 50.001 e 100.001 habitantes; outros 42,6% entre 100.001 e 500.000; 6,4% entre 500.001 e 1.000.000 (Campo Grande, Goiânia e Terezina), e outros 4,2% na faixa acima de 1.000.001 (Belo Horizonte e Brasília), como retrata a TABELA 2.

Tabela 2 - Áreas de cerrado brasileiro: distribuição dos municípios por faixa de tamanho populacional acima de 50.001 habitantes, 1960/1996

anos	Total	50.001 a 100.000		100.001 a 500.000		500.001 a 1.000.000		Mais de 1.000.000	
1960	61	9	5	6	3	1	6	-	-
			6,3%		7,5%		,2%		
1970	62	1	5	9	3	1	3	1	3
		5	7,8%		4,6%		,8%		,8%
1980	73	2	5	1	3	1	2	2	5
		2	9,5%	2	2,4%		,7%		,4%
1991	74	2	4	2	4	3	6	2	4
		2	6,8%	0	2,6%		,4%		,2%
1996	151	2	4	2	4	2	3	3	5
		2	3,1%	4	7,1%		,9%		,9%

Fonte: FIBGE, 1960-1991. FIBGE, 1996.

Segundo dados da Contagem Populacional de 1996 (FIBGE, 1996), existiam três cidades milionárias (Belo Horizonte, Brasília e Goiânia)⁵; duas cidades entre 500.001 e 1.000.000 de habitantes (Campo Grande e Terezina); 24 cidades entre 100.001 e 500.000 (entre elas: Contagem, Uberlândia, Cuiabá, Montes Claros, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Betim, Luziânia, Uberaba e Ribeirão das Neves); e outras 22 entre 50.001 e 100.000 (Itumbiara, Três Lagoas, Araguari, Araxá, Ituiutaba, Januária, Unai, Picos, Palmas, entre outras) (vide FIGURA 1).

Há que se ressaltar que, por se tratar de uma região em franco processo de ocupação, tem-se um importante crescimento na quantidade de municípios. Como exemplo, veja-se o Centro-Oeste, onde foram criados, no período compreendido entre 1940 e 1996, 366 novos municípios, isto é, essa região possuía, em 1940, 80 municípios e, a partir de um incremento da ordem de 457,5%, esse número elevou-se para 446 municípios, em 1996 (FIBGE, 1940-1991. FIBGE, 1996).

Na TABELA 3, observamos que a evolução populacional das cidades das áreas de cerrado brasileiro, entre os anos de 1960 e 1996, vem demonstrando uma desaceleração nas taxas de crescimento das cidades milionárias, que nos períodos censitários, entre 1960/70, 1970/80 e 1980/91, cresceram de forma bastante expressiva, respectivamente 80,6%, 44,2% e 15% (Belo Horizonte); 285,1%, 118,6% e 35,6% (Brasília); e 152,3%, 87,4% e 28,9% (Goiânia). Entretanto, no período 1991/96, esse percentual de crescimento foi reduzido nas cidades de Belo Horizonte e de Goiânia, para taxas abaixo da média nacional (2,1% e 9%). Brasília, entretanto, mantém, para esse período, taxas de crescimento acima da média nacional, ou seja, 14,1%.

Nas cidades com faixa de tamanho entre 500.001 e 1.000.000 habitantes, constata-se também a existência de um processo de desaceleração, visto que estas apresentaram, entre os anos 1960/70, 1970/80 e 1980/91, padrões elevados de crescimento populacional; como por exemplo Campo Grande, que cresceu 91,6%, 107,9% e 80,2%, respectivamente, e que teve, para o período de 1991/96, as taxas reduzidas para 14,2%. Terezina, igualmente, entre os anos 1960/70, 1970/80 e 1980/91, apresentou taxas elevadas de crescimento populacional, 61,2%, 53,2% e 77,2%, respectivamente, e para o período de 1991/96 essa taxa foi reduzida para 9,5%.

⁵ De acordo com SANTOS (1993:74), "cidades milionárias" são aquelas com mais de 1 milhão de habitantes.

Figura 1 – Áreas de cerrado brasileiro: aglomerações com mais de 50.000 habitantes, 1996.

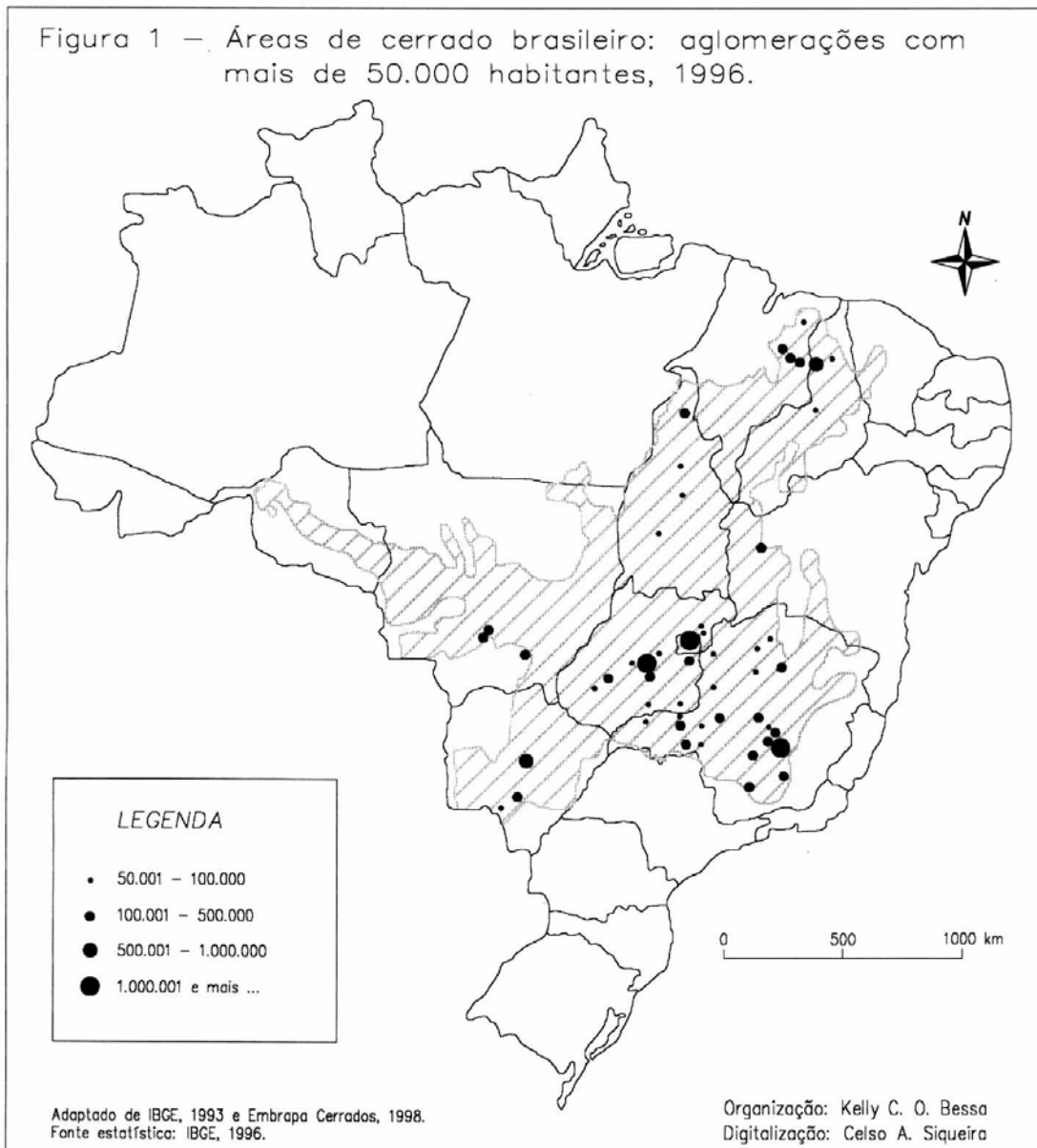


Tabela 3 - Áreas de cerrado: cidades com mais de 50.000 habitantes e taxas médias de crescimento, 1960-1996 (continuação)

Municípios	População total					Taxa média de crescimento			
	1960	1970	1980	1991	1996	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
BAHIA									
Barreiras	-	20.93 4	41.80 3	78.93 8	113.6 95	-	99,7	88,8	44,0
DISTRITO FEDERAL									
Brasília	139. 796	538.3 51	1.176 .935	1.596 .274	1.821. 946	285,1	118,6	35,6	14,1
GOIÁS									
Anapólis	68.0 16	105.1 21	180.0 15	239.0 47	264.9 75	54,6	71,2	32,8	10,8
Aparecida de Goiânia ¹	-	7.476	42.59 7	178.3 26	265.8 68	-	469,8	318,6	49,1
Catalão	25.6 99	27.39 0	39.19 4	54.48 6	58.50 7	6,6	43,1	39,0	7,4
Formosa	21.7 08	29.22 4	43.39 7	62.97 4	68.70 4	34,6	48,5	45,1	9,1
Goiânia	151. 013	381.0 55	714.1 74	920.2 57	1.003. 477	152,3	87,4	28,9	9,0
Itumbiara	48.4 02	64.27 2	70.37 6	79.45 7	78.66 9	32,8	9,5	12,9	-1,0
Jataí	27.6 80	41.37 4	53.42 0	65.85 5	69.19 2	49,5	29,1	23,3	5,1
Luziânia	27.4 44	32.80 0	79.07 9	207.2 57	242.5 22	19,5	141,1	162,1	17,0
Planaltina	6.12 3	8.989	16.16 5	40.18 1	58.57 6	46,8	79,8	148,6	45,8
Rio Verde	39.8 23	55.81 9	74.74 1	95.89 5	100.5 86	40,2	33,9	28,3	4,9
Santo Antônio do Descoberto	-	-	13.73 5	35.37 5	107.6 72	-	-	157,6	204,4
Trindade	16.5 49	22.44 6	30.61 0	53.93 0	69.83 8	35,6	36,4	76,2	29,5
MARANHÃO									
Caxias	128. 653	88.70 3	125.5 07	145.7 09	146.0 45	-31,1	41,5	16,1	0,2
Chapadinha	39.5 06	45.01 8	52.75 8	56.85 6	59.52 1	14,0	17,2	7,8	4,7

Codó	71.1 56	93.13 4	108.9 65	111.5 37	110.2 92	30,9	17,0	2,4	-1,1
Timon	28.6 16	36.90 3	74.40 3	107.3 94	118.4 28	29,0	101,6	44,3	10,3

MATO GROSSO

Cuiabá	56.8 28	100.8 65	209.5 53	401.1 12	433.3 55	77,5	107,8	91,4	8,0
Rondonópolis	22.3 02	62.55 1	81.36 6	125.1 07	142.5 24	180,5	30,1	53,8	13,9
Várzea Grande	-	18.14 6	76.67 6	161.6 08	193.4 01	-	322,6	110,8	19,7

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande	73.2 58	140.3 66	291.7 77	525.6 12	600.0 69	91,6	107,9	80,1	14,2
Dourados	84.6 68	79.26 9	100.9 87	135.7 79	153.1 91	-6,4	27,4	34,5	12,8
Ponta Porã	29.8 47	33.87 1	37.51 5	55.83 0	58.50 5	13,5	10,8	48,8	4,8

Fonte: FIBGE, 1960-1991. FIBGE, 1996.

¹Municípios da Região Metropolitana de Goiânia. ²Municípios da Região metropolitana de Belo Horizonte.

Tabela 3 - Áreas de cerrado: cidades com mais de 50.000 habitantes e taxas médias de crescimento, 1960-1996 (conclusão)

Municípios	População total					Taxa média de crescimento			
	1960	1970	1980	1991	1996	1960/ 1970	1970/ 1980	1980/ 1991	1991/ 1996
MINAS GERAIS									
Araguari	35.5 20	63.36 8	85.29 0	91.20 2	95.40 3	78,4	34,6	6,9	4,6
Araxá	24.0 41	35.67 6	44.66 6	69.85 8	74.20 6	48,4	25,2	56,4	6,2
Belo Horizonte	683. 908	1.235 .001	1.780 .855	2.048 .861	2.091. 371	80,6	44,2	15,0	2,1
Betim ²	26.4 09	37.88 3	84.18 3	170.6 16	249.4 51	43,4	122,2	102,7	46,2
Contagem ²	27.9 14	111.3 38	280.4 77	448.8 22	492.2 14	298,9	151,9	60,0	9,7
Curvelo	51.8 26	45.49 4	50.78 4	58.99 5	63.46 7	-12,2	11,6	16,2	7,6
Divinópolis	52.8 40	80.34 8	117.3 30	151.3 45	171.5 65	52,1	46,0	29,0	13,4
Ituiutaba	29.7 24	64.65 6	75.91 9	84.58 1	87.46 7	117,5	17,4	11,4	3,4

Januária	59.9 43	62.61 5	71.99 2	86.87 1	77.73 9	4,5	15,0	20,7	-10,5
Montes Claros	131. 337	116.4 64	177.3 08	247.2 86	271.6 08	-11,3	52,2	39,5	9,8
Paracatu	25.3 48	36.77 3	49.09 6	62.70 8	68.04 7	45,1	33,5	27,7	8,5
Patos de Minas	31.4 71	76.21 1	88.80 2	102.7 66	112.7 12	142,2	16,5	15,7	9,7
Patrocínio	13.9 33	35.57 8	45.39 5	60.56 1	68.47 8	155,4	27,6	33,4	13,1
Ribeirão das Neves ²	6.38 7	9.734	67.25 7	143.8 74	197.0 25	52,4	590,9	113,9	36,9
Santa Luzia ²	12.5 73	25.30 1	59.89 2	137.6 02	153.9 14	101,2	136,7	129,8	11,9
São Francisco	45.3 05	58.50 5	61.91 5	70.08 1	55.23 2	29,1	5,8	13,2	-21,2
Sete Lagoas	41.4 05	66.63 6	100.6 28	143.6 11	167.3 40	60,9	51,0	42,7	16,5
Uberaba	72.0 53	124.4 90	199.2 03	210.8 03	237.4 33	72,8	60,0	5,8	12,6
Uberlândia	88.2 82	124.8 95	240.9 61	366.7 11	438.9 86	41,5	92,9	52,2	19,7
Unai	45.9 75	52.42 7	68.07 9	69.66 1	73.66 4	14,0	29,9	2,3	5,7
PIAUÍ									
Floriano	22.1 83	35.86 9	43.14 4	51.44 5	52.22 2	61,7	20,3	19,2	1,5
Picos	47.7 08	52.74 7	71.06 5	78.42 5	76.19 4	10,6	34,7	10,4	-2,8
Terezina	142. 691	220.5 20	337.7 74	598.4 49	655.4 73	54,5	53,2	77,2	9,5
TOCANTINS									
Araguaina	10.6 22	37.91 5	71.56 6	103.3 96	105.0 19	256,9	88,8	44,5	1,6
Gurupi	11.9 15	24.57 5	38.68 6	56.74 1	64.72 5	106,3	57,4	46,7	14,1
Palmas	-	-	3.288	24.26 1	86.11 6	-	-	637,9	255,0

No entanto, as chamadas cidades intermediárias ou médias (100.001 a 500.000 habitantes, segundo critérios da FIBGE) apresentaram índices de crescimento populacional bastante expressivos nas últimas três décadas, explicados por sua inserção e dependência de dinâmicas externas, ou seja, por processos e atividades provenientes, particularmente, das demandas da modernização da agricultura e da implantação do complexo agroindustrial, por programas de desenvolvimento industrial ou, ainda, por estarem localizadas em regiões metropolitanas, como é o exemplo de Aparecida de Goiânia, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia (vide GRÁFICO 1).

De modo geral, as cidades médias brasileiras, particularmente nas últimas décadas, vêm apresentando um importante desempenho no desenvolvimento urbano, visto que proporcionam um maior equilíbrio interurbano a partir da interrupção do fluxo migratório em direção às metrópoles; influenciam na organização econômica regional e distinguem-se pelos altos índices de crescimento populacional e econômico; são capazes de oferecer empregos e de apresentarem bons índices de qualidade de vida relacionados à existência de serviços educacionais e de saúde, centros de consumo e lazer, e a uma boa qualidade ambiental; apresentam especializações econômicas, principalmente no que diz respeito à diversificação e concentração de atividades comerciais e de serviços; possuem redes de transporte, comunicação e informação modernas, entre outros aspectos. Esses possibilitaram uma integração maior dessas cidades ao seu espaço regional e, conseqüentemente, ao território nacional.

As chamadas cidades locais apresentaram dinâmicas populacionais variadas, veja-se o exemplo do Centro-Oeste, onde as cidades na faixa de tamanho populacional até 50.000 habitantes apresentaram um crescimento populacional importante da ordem de 25,8%, isto é, em 1980, estas cidades juntas possuíam 3.307.117 habitantes, alcançado, em 1991, 4.159.954 habitantes. Na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba constatou-se a existência de aglomerações urbanas onde ocorreu um expressivo esvaziamento de suas populações e de suas atividades econômicas, que foram drenadas pelas cidades com um papel regional mais significativo, sendo que no período compreendido entre 1970 e 1996, algumas dessas cidades apresentaram decréscimos populacionais importantes, conforme ilustra a TABELA 4.

Tabela 4 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: municípios que apresentam taxas de crescimento negativas, 1970/1996

Municípios	População total				Taxa média de crescimento
	1970	1980	1991	1996	
Campina Verde	21.940	21.677	20.057	18.875	-14,0
Iturama	42.644	48.525	45.642	30.349	-28,8
Lagoa Formosa	19.180	18.520	15.951	15.901	-17,1
Presidente Olegário	27.250	24.515	23.258	17.124	-37,2
Tupaciguara	25.127	25.685	26.561	21.403	-14,8

Fonte: FIBGE, 1970-1991. FIBGE, 1996.

Em decorrência da modernização da agricultura, as cidades de pequeno porte passaram a ser consideradas como “cidades do campo”, por apresentarem aspectos e atividades muito relacionadas e inteiradas com a vida rural modernizada, e por estarem inseridas em uma “região agrícola”, como coloca SANTOS (1993:68) “...nas regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala)”. Estas cidades apresentam uma forte especialização agrícola e, em consequência, transformaram-se em cidades econômicas, onde se verifica uma requalificação do urbano em decorrência das demandas do campo modernizado.

É necessário destacar que a atividade turística, seja ela rural, cultural ou ecológica, está tornando-se uma alternativa para o desenvolvimento sustentável das pequenas cidades do cerrado, visto que apresenta novas possibilidades de desenvolvimento regional. Desse modo, paisagens naturais e as antigas fazendas tornaram-se elementos importantes nessas aglomerações; veja-se, por exemplo, o caso de Pirenópolis e Chapadão do Céu em Goiás, da Chapada dos Guimarães em Mato Grosso, entre outras.

A rede urbana das áreas de cerrados brasileiros, está sendo consolidada a partir do dinamismo das atividades econômicas; da implantação de cidades planejadas, que acabaram por tornar-se metrópoles nacionais e regionais; das divisões político-geográficas dos estados de Goiás e Mato Grosso; e pela criação de uma base infra-estrutural associada, primordialmente, aos transportes e às comunicações. Esses fatores possibilitaram a refuncionalização dos centros urbanos já existentes; a criação de novos núcleos; uma maior articulação dessa rede, particularmente, das metrópoles e das cidades médias e

locais com o sistema nacional de cidades; um intenso processo de transferência de população do campo para as cidades e uma concentração de população urbana nas maiores cidades, caracterizando índices elevados de urbanização. Nessa referida rede, os centros urbanos passam a representar pontos/nós, garantido, uma articulação interna e externa, bem como viabilizando a produção, a circulação e o consumo, ou seja, a acumulação de capital e a reprodução social na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSA, K. C. F. O. **As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira**. Uberlândia: IGUFU, 1999. (mimeo).
- CHAGAS, I. Estrutura e funcionamento do bioma cerrado. **Cadernos Geográficos**, Montes Claros: Unimontes, vol. 1, n. 1, p.19-20, out. 1999.
- CORRÊA, R. L. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas notas. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia: EDUFU, ano 7, n. 13/14, p. 147-150. 1995.
- FUNDAÇÃO IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1996a.
- _____. Contagem populacional. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-1991.
- GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1963. 457p.
- GONÇALVES, M. F. (org.). **O novo Brasil urbano: impasses/dilemas/perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358p.
- LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e as transformações industriais. In: SPOSITO, E. S. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999. p.115-136.
- LIMA, S. C. et. al. Avaliação dos cerrados de Minas Gerais e indicação de áreas potenciais para preservação. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: EDUFU, ano 10, n. 19, p. 5-44, jan./jun. 1998.
- SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, ano VIII, n. 25, p. 58-62, 1988.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157p.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994. 190p.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 293p.
- SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente: Curso de Pós-Graduação em Geografia, n.6, p.55-64, 1999.
- SOARES, B. R. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: SILVA, J. B. et. al. **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 105-130.